

cx.03
123
MN



Março de 1985

Sueli Carneiro
Tereza Santos

"A MULHER NEGRA BRASILEIRA NA DÉCADA DA MULHER"

Para o grupo branco, na mesma faixa de rendimento, as

ou estavam na época procurando trabalho. que trabalhavam e não ganham, ou que não declararam rendimento, que para o Brasil mais 9,4% de negros correspondem a pessoas negra não ultrapassa a barreira dos 5 salários mínimos, sendo 92% em São Paulo e 87% no Brasil da força de trabalho. Salário mínimo comparado com 24,6% dos brancos e 9,5% dos amarelos. 44,8% dos negros brasileiros ganhavam em 1980 até um salário mínimo comparado com 24,6% dos brancos e 9,5% dos amarelos. 92% em São Paulo e 87% no Brasil da força de trabalho.

Cabe a nós negros, evidentemente, a maior participação na faixa inferior de rendimentos (até 1 salário mínimo).

A Tabela 6 nos permite observar os efeitos concretos da desigualdade racial nas possibilidades de auferição de renda dos diversos grupos raciais, evidenciando, portanto, os níveis diferenciados de exploração presentes na sociedade brasileira, bem como a que grupos raciais cabem o maior ônus de uma distribuição injusta de renda.

No entanto, tal estado de pobreza não se distribui, certamente, uniformemente, igualmente entre os grupos raciais. mo era de se esperar em decorrência dos dados apresentados anteriormente, uniforme e igualmente entre os grupos raciais.

A primeira constatação que decorre da análise dos dados referentes aos níveis de rendimento médio mensal percebidos pelo grosso da População Economicamente Ativa brasileira é que constituímos, antes de tudo, uma população super-explorada, visto que 82% da mão-de-obra empregada do país não ultrapassava, em 1980, a faixa de 5 salários mínimos.

2.3. Rendimento

A participação das mulheres negras nestes dois grupos ocupacionais é de 10,6% em São Paulo, caindo para 8,8% no Brasil; ficando as pardas com 13,2% e 17,5% em São Paulo e no Brasil respectivamente.

TABELA 6
Distribuição percentual dos grupos raciais segundo rendimento médio mensal
para São Paulo e Brasil - PEA

	Branco		Amarelo		Preto		Pardo		(Negro*)		Total	
	S. Paulo	Brasil	S. Paulo	Brasil	S. Paulo	Brasil	S. Paulo	Brasil	S. Paulo	Brasil	S. Paulo	Brasil
até 1 S.M.	15,3	24,6	5,2	9,5	26,5	47,1	21,4	44,4	22,6	44,8	16,8	33,2
de 1 a 5 S.M.	62,9	54,0	49,7	48,1	67,5	44,2	69,9	42,0	69,3	42,3	64,4	48,7
mais de 5 S.M.	18,0	13,8	38,1	34,6	3,5	2,0	5,1	3,7	4,7	3,4	15,2	9,4
sem rendimento/ sem declaração/ procurando em- prego	3,6	7,6	7,0	7,8	2,9	6,7	3,5	9,9	3,4	9,4	3,4	9,4
TOTAL (%)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
(em mil)	7.609	24.036	218	294	547	2.876	2.000	15.861	2.548	18.738	10.411	43.235

Fonte: IBGE. Censo de 1980.

(*) preto + pardo.

Temos ainda que 26,3% das mulheres brancas paulistas ganham até 1 salário mínimo, subindo este percentual para 34,8% em termos de Brasil.

Se na primeira faixa de renda, até 1/4 de salário mínimo, para São Paulo os percentuais entre as mulheres mostram pequenas diferenças; quando observados os dados para o Brasil a diferença torna-se bruta: perto de 15% das mulheres negras brasileiras ganham até 1/4 de salário mínimo, enquanto que apenas 5,6% das mulheres brancas brasileiras e 1,5% das amarelas se encontram em tal condição.

Os dados gerais relativos ao rendimento médio mensal percebido pelas mulheres economicamente ativas são apresentados na Tabela 7. Aqui também, como era de se esperar, persistem as desvantagens de mulheres negras e pardas em relação às demais.

dia Mensal

2.3.1. Desigualdades entre Mulheres a Nível de Rendimento Me-

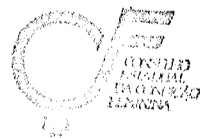
Conseqüentemente, na faixa acima de 5 salários mínimos, somente os brancos e amarelos tem participação percentual expressiva, ficando o grupo negro com menos de 5% de participação relativa nesta faixa de rendimento, seja em São Paulo ou no total do país; enquanto em São Paulo, os brancos aparecem nesta faixa com 18% e com 13,8% no Brasil e os amarelos com 38% e 34,6% respectivamente.

portantagens decrescem sensivelmente, ficando em geral em torno de 78%, enquanto os amarelos comparecem com 55% em São Paulo e 58% no Brasil.

TABELA 7
PEA Feminina segundo cor e rendimento médio mensal para São Paulo e Brasil

Rendimento	Branca		Preta		Parda		Amarela	
	S.Paulo	Brasil	S.Paulo	Brasil	S.Paulo	Brasil	S.Paulo	Brasil
até 1/4	2,2	5,6	3,2	13,7	3,1	14,8	0,3	1,5
de 1/4 a 1/2	6,1	9,1	10,0	19,1	8,8	17,4	1,3	2,6
de 1/2 a 1	18,0	20,1	30,0	29,9	27,0	26,0	6,6	8,6
de 1 a 2	35,2	29,4	42,0	23,9	44,0	21,3	21,4	21,7
de 2 a 5	25,2	19,4	11,0	5,5	12,0	7,3	38,8	35,4
de 5 a 10	6,7	5,4	0,8	0,5	1,1	1,2	15,5	14,0
de 10 a 20	1,7	1,5	0,09	0,07	0,1	0,2	4,1	3,7
mais de 20	0,3	0,3	0,0	0,007	0,03	0,04	0,9	0,8
Sem rendimento	2,1	6,2	0,9	3,9	1,5	7,5	9,1	9,5
Sem declaração	0,2	0,4	0,3	0,7	0,3	0,6	0,4	0,4
Procurando trabalho	2,1	-	1,8	-	2,1	-	1,4	-
TOTAL (%)	100	100	100	100	100	100	100	100
(em mil)	2.280	6.824	199	897	608	3.988	68	86

Fonte: IBGE. Censo de 1980.



Poder-se-ia supor que as diferenças de nível de instrução do grupo negro em relação aos demais teriam como consequência natural a dificuldade de participação nas melhores fa-

Constatamos que tais desigualdades estão presentes no acesso diferenciado ao processo educacional; na alocação na estrutura ocupacional e na obtenção de rendimentos.

Apresentamos até aqui vantagens sócio-econômicas sofridas pelo grupo negro em geral e a mulher negra em particular.

Grupo do mesmo grupo ocupacional

2.3.2. Desigualdades entre mulheres a nível de rendimento den-

Nas faixas superiores, os números absolutos são mais expressivos que as porcentagens. Em São Paulo, apenas 7 mulheres pretas e 195 pardas ganham acima de 20 salários mínimos. Para o Brasil esses dados aumentam para 64 pretas e 1.693 pardas, numa população economicamente ativa de cerca de 900.000 e 4 milhões de mulheres respectivamente.

Em termos gerais, dois salários mínimos representam o máximo de rendimento médio mensal que a maioria das mulheres negras conseguem obter no mercado de trabalho, já que até esta faixa de rendimento se encontram 85,2% das pretas e 83% das pardas em São Paulo, mantendo-se percentuais semelhantes para o resto do país.

Entre as negras, 43,2% em São Paulo ganham até um salário mínimo e 62,7% das pretas brasileiras estão nesta faixa de rendimento. Os pardos participam nesta faixa (de 1/4 a 1/3) e no Brasil perfazem 58,2%.

Na Tabela 8 são mostrados os rendimentos mensais percebidos pelas mulheres nesta categoria. O primeiro dado chocante é o número de mulheres brasileiras que recebem até 1/4 de salário mínimo: 18,1%. A porcentagem de mulheres negras nesta faixa ultrapassa em 7% as das mulheres brancas.

A mulher negra participa nesta ocupação com 47,8% de sua mão-de-obra em São Paulo e 53,5% no Brasil, enquanto que as mulheres brancas comparecem com 24,8% nos dois casos. Evi- dentemente, grande parte desta mão-de-obra está alocada no emprego doméstico.

e serventes, fissionais e funções afins; porteiros, ascensoristas, vigias; ocupações dos serviços de higiene pessoal; atletas pro- remuneradas; ocupações dos serviços de alojamento e alimenta- sionais dos proprietários nos serviços; ocupações domésticas - IBGE que tal grupo ocupacional agrega as categorias profis- xos níveis de instrução e rendimento, sendo definido pelo trador de mão-de-obra de baixa qualificação profissional, bai- Serviços caracterizada por ser um setor ocupacional concen- sentes no interior dos grupos ocupacionais, a Prestação de como referência para a percepção de desigualdades raciais, pre- velmente das restrições colocadas acima. Assim, tomaremos vas e técnicas/científicas/artísticas, se ressentiriam possi- de, especialização, etc., tal como as ocupações administrati- gras nas ocupações superiores que exigiriam maior escolarida- A análise das desvantagens sofridas pelas mulheres ne -

Por isso parece-nos importante agora averiguar qual a situação da mulher negra a nível de rendimento médio mensal percebido dentro dos grupos ocupacionais.

tias do mercado de trabalho, o que relativizaria o peso da discriminação racial neste processo.

TABELA 8
Distribuição Percentual das Mulheres na Prestação de Serviços para São Paulo e Brasil

	Brancas		Pretas		Pardas		Negras(*)		Total (**)	
	S. Paulo	Brasil	S. Paulo	Brasil	S. Paulo	Brasil	S. Paulo	Brasil	S. Paulo	Brasil
até 1/4	6,8	14,5	4,7	17,7	5,7	22,5	5,4	21,2	6,2	18,1
de 1/4 a 1/2	16,9	22,3	14,7	23,1	15,1	24,2	15,0	24,0	16,0	23,1
de 1/2 a 1	34,7	33,5	37,9	34,6	37,8	31,7	37,8	32,5	35,8	32,9
de 1 a 2	33,9	23,8	37,1	20,9	36,5	17,5	36,7	18,4	35,0	20,9
de 2 a 5	6,0	3,4	4,7	1,9	4,0	1,7	4,2	1,9	5,5	2,7
de 5 a 10	0,5	0,4	0,07	0,005	0,1	0,1	0,1	0,09	0,4	0,2
de 10 a 20	0,1	0,08	0,03	0,01	0,03	0,02	0,03	0,01	0,08	0,05
mais de 20	0,01	0,01	-	0,00	0,004	0,00	0,003	0,003	0,009	0,006
Sem rendimento	0,8	1,1	0,4	0,8	0,5	1,0	0,5	0,9	0,7	1,0
Sem declaração	0,2	0,7	0,2	1,0	0,2	1,2	0,2	1,1	0,3	0,9
TOTAL (%)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
(em mil)	557	1.652	112	505	274	1.423	386	1.929	952	3.605

Fonte: IBGE. Censo de 1980.

(*) pretas + pardas.

(**) inclusive amarelas e s/declaração



esta continua sendo para as mulheres negras a principal modalidade de atividade econômica a que tem acesso, apesar de estarmos próximos do cem anos da Abolição da Escravatura e no entanto, nem a "tradição", nem o "know how" que historicamente vimos acumulando em tais funções, são suficientes para que ao menos nestas ocupações as mulheres negras percebam rendimentos semelhantes ao das mulheres brancas.

Ao contrário, participamos majoritariamente neste grupo ocupacional e dentro dele ganhamos proporcionalmente menos e somos mais desprotegidas em termos de garantias sociais, pois segundo os dados da PNAD de 76, "o rendimento médio mensal em contrato em 76 para as mulheres negras que estavam na categoria dos empregados na prestação de serviços era cerca de Cr\$ 476,20. Esse rendimento equivalia a cerca de 79,5% do que ganhavam as brancas, Cr\$. 598,00". E ainda, "na prestação de serviços apenas 22,4% das mulheres negras têm carteira de Trabalho, sendo de 30,9% a proporção encontrada para as brancas" (7).

Na Tabela a seguir (Tabela 9), é mostrada a distribuição percentual das mulheres negras e brancas trabalhadoras em ocupações da agropecuária e extrativa vegetal e animal. Observa-se que nas faixas de rendimento inferiores (até 1/2 salário mínimo) as mulheres negras aparecem representadas em mais que o dobro que as mulheres brancas, sendo que enquanto 19,3% destas ganham até 1/2 salário mínimo, tal porcentagem para as mulheres brancas sobe (sic) para 40,9% nesta mesma faixa de rendimento. Acrescente-se que 58,4% da mão-de-obra feminina alocada neste grupo ocupacional é negra e embora maioria, percebe rendimentos desproporcionalmente inferiores dentro de um grupo ocupacional caracterizado pela atividade

(7) Lúcia Elena G. Oliveira. Algumas questões sobre o trabalho da mulher negra, mimeo, p. 16.

manual e pelo baixo grau de instrução.
A mulher branca percebe vantagens em todas as faixas de rendimento e em sua maioria aparecem sem rendimento, o que pode ser indicador ou reflexo do acesso privilegiado do grupo branco à terra.

TABELA 9
Mulheres Economicamente Ativas Alocadas na Agropecuária
Extrativa Vegetal e Animal para o Brasil
(%)

Salário Mínimo	Branças	Negras
até 1/4	6,2	14,5
de 1/4 a 1/2	13,1	26,4
de 1/2 a 1	18,0	20,9
de 1 a 2	7,9	5,0
de 2 a 5	1,5	0,6
de 5 a 10	0,2	0,05
de 10 a 20	0,09	0,01
mais de 20	0,04	-
Sem rendimento	52,6	32,1
Sem declaração	0,2	0,3
TOTAL (%)	100	100
(em mil)	652	917

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1980.



3. CONSEQUÊNCIAS POLÍTICAS/IDEOLÓGICAS

No esforço de configuração de um movimento de mulheres negras está refletido o sentido e a complexidade da problemática da mulher negra na sociedade brasileira.

Ao situar-se na intersecção do Movimento Negro e do Movimento Feminista, exprime a identidade com a problemática decorrente do racismo e discriminação racial e ainda, com as questões gerais colocadas pelo sexismo.

Porém, tais identidades não se mostram suficientes, tanto para erradicação do machismo na população negra como para a supressão do racismo enquanto ideologia introjetada na população branca em geral, e feminina em particular.

Disto tem resultado o surgimento de departamentos femininos nas diversas entidades negras, ou a emergência de entidades femininas negras em diversos Estados do país em função da dificuldade, tanto do Movimento Negro quanto do Movimento Feminista, em absorver, de maneira efetiva, a problemática específica da mulher negra.

3.1. Desigualdades Inter-Raciais

Os dados estatísticos apresentados anteriormente permitiram visualizar que os negros em geral têm acesso limitado ao mercado de trabalho e à mobilidade social por causa ou em função de formas de discriminação racial presentes em nossa sociedade.

Contudo, o homem negro, a despeito do racismo e da discriminação racial, ao ser comparado à mulher negra apresenta vantagens relativas que só podem ser atribuídas à sua

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

1.1. Procedimentos/Objetivos

2. SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA

2.1. Instrução

2.1.1. Desigualdades entre mulheres na estrutura educacional

2.2. Mercado de Trabalho

2.2.1. Desigualdades entre mulheres na estrutura ocupacional

2.3. Rendimento

2.3.1. Desigualdades entre mulheres a nível de rendimento mensal

2.3.2. Desigualdades entre mulheres a nível de rendimento dentro do mesmo grupo ocupacional

3. CONSEQUÊNCIAS POLÍTICAS/IDEOLÓGICAS

3.1. Desigualdades inter-raciais

3.2. A mulher negra e o Movimento Feminista

4. CONCLUSÕES

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

1. INTRODUÇÃO

A intenção inicial deste trabalho era empreender uma análise da evolução da situação socio-econômica da mulher negra brasileira na "Década da Mulher", em conformidade com os objetivos expressos na "Conferência do Ano Internacional da Mulher", realizada no México em 1975.

No entanto, tal avaliação fica prejudicada por alguns problemas característicos dos recenseamentos nacionais, tais como:

- a não coleta sistemática de dados estatísticos desagrega dos no quesito cor pelos órgãos responsáveis pelo recenseamento da população brasileira, sendo um exemplo disto a ausência do quesito cor no recenseamento de 1970;

- as poucas tabulações que são divulgadas quando tal quesito é coletado, como é o caso do Censo de 1980;

- as mudanças de critério ocorridas de um recenseamento para outro dificultando que os dados sejam facilmente comparáveis, ou sua compatibilização, como ocorre com os censos de 50, 60 e 80(*).

As Pesquisas Nacionais de Domicílios - PNAD - realizadas das entre os censos, se ressentem dos mesmos problemas de falta de continuidade no levantamento do quesito, alterações de critério ou simples omissão.

A PNAD de 1976, embora seja a que fornece maiores informações sobre a população negra e na qual mais se apoiam os estudos mais recentes sobre o negro, também não nos beneficiou quanto a intenção de fazer um diagnóstico evolutivo sobre a mulher negra, já que posteriormente, somente na PNAD de 1982 foi-nos possível encontrar dados desagregados por cor;

(*) O Censo de 60 ofereceu-nos apenas a variável cor por sexo e idade.

porém em menor quantidade do que os existentes na PNAD de 1976, não permitindo que a comparação entre ambas fornecesse uma caracterização ampla das alterações havidas na situação da mulher negra brasileira.

Diante da precariedade dos dados estatísticos existentes sobre a população negra, e em particular sobre a mulher negra, torna-se inevitável que se reiterem as críticas diversas vezes colocadas pelo Movimento Negro Brasileiro acerca do caráter político e ideológico de que se reveste essa "entrada" e "saída" arbitrária do quesito cor dos recenseamentos oficiais e do número insignificante de tabulações que a partir deles são divulgadas quando este quesito é recolhido.

Este "tratamento" dispensado à população negra nas estatísticas oficiais faz parte de um elenco de estratégias que tem determinado a invisibilidade do negro nas diferentes esferas da vida nacional, através dos conhecidos mecanismos socialmente instituídos de discriminação racial.

Os esforços de integração do negro na sociedade brasileira esbarram constantemente na ausência, por parte desta mesma sociedade, de um projeto efetivo de integração social do negro, como exaustivamente vem sendo demonstrado pelos estudos relativos ao negro brasileiro.

Um outro viés característico das práticas discriminatórias presentes no Brasil consiste em que prevaleçam designações arbitrárias quanto a atribuição do quesito cor à população negra, pela recorrência a uma tipificação que visa fundamentalmente estabelecer fissuras em sua identidade étnica e cultural, através de sua partição em pretos, pardos, etc., tal como define o IBGE a propósito do Censo de 80,

"na investigação foram discriminadas as seguintes respostas: Branca, Preta, Amarela e Parda (mulata, mestiça, índia, ca-
bocla, mameluca, cafuza, etc.)(*)".

Essas diferenças tem funcionado como:

- fator de escamoteamento da importância numérica da popula-
ção negra no conjunto da população brasileira;
- fator de fragmentação da identidade racial do negro brasi-
leiro;
- instrumento indispensável no esforço oficial de embranque-
cimento do país.

O segundo nível desta questão e complementar ao ante-
rior, reside no fato de que os estudos mais atuais sobre o
negro brasileiro revelam que as desigualdades sociais exis-
tentes entre brancos e não-brancos (exclusivê os amarelos) no
Brasil, incidem de maneira aguçada sobre o segundo grupo,
tornando irrelevantes os diferenciais sócio-econômicos per-
ceptíveis entre pretos e pardos, tal como se perceberá tam-
bém ao longo deste trabalho, o que questiona o "valor" da
miscigenação como fator de mobilidade social para o negro bra-
sileiro e torna pretos e pardos um grupo homogêneo quanto às
desvantagens sofridas na sociedade brasileira.

Portanto, evidencia-se o caráter político e ideológico
que estas diferenças têm no interior desta sociedade, as-
sim como as suas consequências para a população negra em ge-
ral.

(*) Censo Demográfico. Dados Gerais - Migração, Instrução, Fecundidade,
Mortalidade. São Paulo, Volume 1, Tomo 4 nº 19, p. XXXVIII.

Tal opção se tornou mais relevante ao considerar-se que estes dados se constituem em importante instrumento para a reflexão e atuação política do Movimento Feminista e do Movimento Negro quanto a elaboração de diretrizes políticas que

A importância de tal informação, pela riqueza dos dados nela contidos e pelo fato de não fazer parte das tabulações publicadas pelo IBGE no Censo de 1980, determinou que a tomássemos como fonte básica, na qual se apoiou o presente trabalho.

A coleta de dados secundários para a elaboração do presente trabalho nos conduziu a obter junto ao Departamento de Indicadores Sociais (DEISO) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) os dados referentes à População Economicamente Ativa (PEA) de São Paulo e do Brasil desagregados segundo cor, sexo, grupos ocupacionais e rendimento médio mensal.

1.1. Procedimentos/Objetivos

Esta disciplina com que a cor tem sido tratada, seja nas estatísticas oficiais, seja na produção teórica feminista, indica os níveis de contradição existente entre negros e brancos na sociedade brasileira em geral, e entre mulheres brancas e negras em particular.

Por outro lado, o Movimento Feminista Brasileiro produziu, embora de menor âmbito que os recenseamentos oficiais, inúmeras pesquisas, estudos de caso sobre a mulher durante estes dez anos. No entanto, a variável cor não foi incorporada de maneira sistemática nesta produção teórica de forma a que as mulheres negras pudessem se beneficiar largamente dos estudos em questão.

visem a erradicação dessas duas perversões básicas da sociedade brasileira: o racismo e o sexismo.

Desta forma, será aqui privilegiada a análise da:

- situação educacional da mulher negra em São Paulo e no Brasil, a partir das informações fornecidas pelo Censo de 80 sobre a "População residente, por cor e sexo, segundo a situação do domicílio e anos de estudo"; donde se buscou identificar desvantagens raciais presentes no acesso à educação entre as mulheres;

- estrutura ocupacional, tendo como universo de nosso estudo a População Economicamente Ativa (PEA) em São Paulo pela importância econômica que este Estado tem, do que decorre nele residir as melhores oportunidades em termos de mercado de trabalho, sendo utilizado ainda os mesmos dados para o conjunto do país. Busca-se explicitar a partir destes dados, diferenças na participação da mulher negra em relação às demais no mercado de trabalho;

- considerando-se que, embora seja mantida a desagregação dos dados recolhidos, tal como eles aparecem nas tabulações elaboradas pelo IBGE, por mulheres negras estará aqui designada a agregação de pretas e pardas, aparecendo ainda nas tabelas que serão apresentadas os resultados desta somatória;

- finalmente, procurou-se acentuar as repercussões políticas e ideológicas, manifestas a partir do perfil sócio-econômico encontrado para as mulheres negras.

2. SITUAÇÃO SOCIO-ECONÔMICA

2.1. Instrução

Apresentamos inicialmente os dados relativos a instrução visto que esta variável se constitui em um dos fatores de mobilidade social.

A Tabela 1 mostra um quadro geral da situação de cada grupo étnico no processo educacional. As desigualdades educacionais existentes entre os grupos antecipam as desigualdades que serão percebidas em sua participação na estrutura ocupacional e na auferição de rendimento médio mensal.

As diferenças percebidas entre os grupos étnicos a nível de escolaridade em São Paulo indicam que cerca de 30% da população negra paulista é praticamente analfabeta, não ultrapassando a faixa de um ano de estudo; enquanto que para brancos e amarelos esta porcentagem decresce para 20 e 12,4% respectivamente na mesma condição.

Quando considerados os mesmos dados para o país, temos que quase 50% da população negra brasileira se encontra em estado de semi-analfabetismo; contra 25% de brancos e 15,3% de amarelos, em igual situação.

O grosso da população negra, seja em São Paulo, seja no Brasil se concentra, em termos de instrução, na faixa de 0 a 4 anos de estudo, praticamente inexistindo nas faixas de escolaridade equivalente ao nível universitário.

Nos níveis médios de instrução por volta de 18,5% dos negros em São Paulo e 13,6% no Brasil, tem de 5 a 11 anos de estudo comparados com 28% dos brancos em São Paulo e 25% no Brasil e 39,7% dos amarelos em São Paulo e 41% no Brasil.

"Assim, em 1980, os brancos tinham 1,6 vezes mais chances que os pretos e pardos de completarem entre 9 e 11 anos de

TABELA 1
Distribuição Percentual dos Grupos Étnicos Segundo Anos de Estudo
(pessoas de 5 anos ou mais)

Anos de estudo	Branco		Preto		Pardo		Amarelo		Negro(*)		Total(**)	
	S. Paulo	Brasil	S. Paulo	Brasil	S. Paulo	Brasil	S. Paulo	Brasil	S. Paulo	Brasil	S. Paulo	Brasil
sem instrução/ 1 ano	20,0	25,0	31,0	47,7	30,0	48,0	12,4	15,3	30,2	48,0	22,1	35,0
de 1 a 4	46,0	44,4	50,9	39,6	50,3	37,2	32,8	31,5	50,4	37,5	46,7	41,3
de 5 a 8	18,4	16,5	14,1	9,5	15,4	10,1	20,1	22,2	15,1	10,0	17,7	13,7
de 9 a 11	9,7	9,2	3,2	2,6	3,4	3,7	19,6	18,9	3,4	3,6	8,5	6,8
mais de 12	5,9	4,9	0,8	0,5	0,8	0,9	15,0	12,1	0,8	0,8	5,0	3,2
anos de estudo não determinados	0,06	0,05	0,02	0,02	0,02	0,03	0,1	0,04	0,02	0,03	0,05	0,04
sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
(em mil.)	16.449	56.583	1.032	6.185	3.995	38.693	439	698	5.028	44.879	21.994	102.421

Fonte: IBGE, Censo 1980.

(*) preto + pardo

(**) inclusive os sem declaração (Brasil = 260.122)
(São Paulo = 77.034)

estudo e seis vezes mais chances de completarem 12 anos ou mais de estudo"(1)

Com relação ao desempenho superior da população de origem asiática em relação aos demais grupos raciais no processo educacional, Eduardo M. Suplicy indica que "... no Japão, especialmente a partir de 1870, com a Revolução Meiji, houve um esforço educacional que foi fundamental para arrancar aquele país do subdesenvolvimento. Era de se esperar, portanto, que os seus descendentes no Brasil se encontrassem em relativa vantagem com respeito a ponderável parcela da população a qual foi negada por muito tempo as condições de acesso até mesmo à educação primária"(2).

2.1.1. Desigualdades entre mulheres na estrutura educacional

Tomando-se por referência os valores relativos encontrados para os diversos níveis de instrução por cor e sexo para o Estado de São Paulo (Tabela 2), percebe-se que as desigualdades entre os sexos a nível de educação mostraram-se muito menores que as desigualdades raciais.

No grupo branco, as diferenças entre homens e mulheres variam de 0 a 3% contra as mulheres; no grupo negro, tal variação é de 0 a 5% e entre os amarelos de 2 a 5%.

No entanto, comparando-se apenas as mulheres ou homens segundo a cor, tais porcentagens aumentam de maneira significativa, ou seja, "as disparidades educacionais entre os sexos evoluem de uma maneira bastante diferente, havendo uma tendência clara no sentido das mulheres estarem se aproximando numa situação de igualdade educacional com os homens. Este processo

(1) Industrialização, Emprego e Estratificação Social no Brasil. Carlos Haenbaly, Nelson do Vale Silva, p. 37.
(2) Eduardo Matarazzo Suplicy "As Sequelas da Escravidão". In: Folha de São Paulo, 18/04/1982.

TABELA 2
Anos de Estudo Segundo Sexo e Cor - São Paulo (pessoas de 5 anos e mais) (em %)

	Homens				Mulheres			
	Branco	Preto	Pardo	Amarelo	Branca	Preta	Parda	Amarela
sem instrução ou menos de 1 ano	18,4	28,7	28,1	11,0	21,4	33,3	32,0	13,8
de 1 a 4	46,3	52,8	52,0	30,5	45,6	48,9	48,5	35,2
de 5 a 8	19,0	14,5	15,6	21,0	17,8	13,8	15,2	19,2
de 9 a 11	9,5	3,1	3,4	20,2	9,9	3,3	3,5	18,9
de 12 a 17 ou mais anos de estudo não determinados	6,7	0,8	0,9	17,1	5,2	0,7	0,8	12,7
TOTAL (%)	100	100	100	100	100	100	100	100
(em mil)	8.321	517	2.065	224	8.128	515	1.930	215

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1980.



TABELA 3
 Distribuição Percentual das Mulheres por Anos de Estudo - Brasil
 (pessoas de 5 anos ou mais)

Anos de Estudo	Branças	Pretas	Pardas	Amarelas
Sem instrução ou até 1 ano	25,6	48,6	47,8	16,9
de 1 a 4	44,2	38,5	36,8	34,4
de 5 a 8	16,1	9,4	10,3	21,7
de 9 a 11	9,6	2,8	4,0	17,5
12 ou mais	4,2	0,4	0,8	8,5
TOTAL (%)	100	100	100	100
(em mil)	28.988	3.076	19.203	335

Fonte: IBGE. Censo de 1980.



Em síntese, quase 90% das mulheres negras brasileiras só chegam a atingir até 4 anos de instrução comparando-se com 69,8% de mulheres brancas e 51% de amarelas. Se os níveis de educação são indicadores do potencial de cada grupo racial quanto à alocação na estrutura ocupacional, os dados apresentados sobre a situação educacional da mulher negra permitem antever as suas perspectivas no mercado de trabalho, bem como as condições materiais de existência a que se acha submetida.

Nos níveis superiores de educação (mais de 12 anos de estudo ou equivalente ao grau universitário), tanto para São Paulo como para o Brasil, as mulheres negras apresentam percentuais inferiores a 1%, enquanto que 5,2% das mulheres brancas paulistas e 4,2% das mulheres brancas brasileiras encontram-se neste nível de escolaridade. As amarelas comparecem com 12,7 em São Paulo e 8,5% no Brasil, no nível equivalente ao grau universitário.

Note-se que neste nível de escolaridade, os dados relativos às mulheres brancas e amarelas de São Paulo sofrem um crescimento para o conjunto do país de 3 a 4%, enquanto que entre negras, ele aumenta em 15%, significando que quase a metade das mulheres negras brasileiras são praticamente analfabetas.

3). Observe-se na Tabela 2 que em torno de 32% das mulheres negras paulistas têm até um ano de estudo. Se tal quadro é alarmante por si só, torna-se catastrófico quando se nota que tal taxa eleva-se para quase 50% em termos de Brasil (Tabela

so está claramente relacionado à desigual distribuição de mulheres e negros na estrutura de classes e estratificação social e, possivelmente, a uma maior flexibilidade na redefinição no plano político e cultural, dos papéis sociais das mulheres" (3).

2.2. Mercado de Trabalho

Segundo a Tabela 4, a força de trabalho negra distribui-se fundamentalmente em três grupos ocupacionais: ocupações da agropecuária/extrativa vegetal e animal, indústria de transformação/construção civil e na prestação de serviços.

Tais ocupações concentram 66,1% da mão-de-obra negra em São Paulo e 70,6% no país.

Nestas mesmas atividades estão concentrados 47% do grupo branco em São Paulo e 52,1% no Brasil. Os amarelos se representam nestas ocupações com apenas 28% em São Paulo e 32,4% no país.

Esses dados são suficientes para demonstrar o lugar do negro na estrutura ocupacional do país, ou seja, nas atividades reconhecidas como pior remuneradas e em conformidade com os baixos níveis de escolaridade vistos anteriormente, característico das atividades manuais menos qualificadas.

Nas ocupações administrativas e técnicas/científicas / artísticas, acha-se alocada a mão-de-obra mais qualificada, com maior nível de instrução e conseqüentemente, maior rendimento médio mensal. Tais ocupações, que representam a elite da estrutura ocupacional brasileira, encontram-se quase totalmente monopolizada pelos grupos brancos e amarelos.

Em ocupações administrativas acham-se agregadas, tal como as define o IBGE, as categorias profissionais dos empregadores, diretores e chefes na administração pública; administradores e gerentes de empresas; chefes e encarregados de serviços administrativos de empresas e funções burocráticas ou de escritório.

Por ocupações técnicas, científicas, artísticas e assemelhadas, estão designadas as categorias de técnicos de nível superior ou profissionais liberais em geral.

TABELA 4
População Economicamente Ativa por Cor Segundo os Grupos Ocupacionais para São Paulo e Brasil

(em %)

Ocupações	Branco		Preto		Pardo		Amarelo		Total		Negra(*)	
	S. Paulo	Brasil	S. Paulo	Brasil	S. Paulo	Brasil	S. Paulo	Brasil	S. Paulo	Brasil	S. Paulo	Brasil
Administrativas	19,5	16,1	6,2	4,1	8,0	6,4	30,1	28,4	16,8	11,8	7,6	6,1
Técnicas, Científicas/Artísticas	8,4	8,6	2,8	2,4	2,4	3,6	14,9	13,9	7,1	6,4	2,5	3,4
Agrropecuária/Extrativa vegetal e animal	10,0	21,9	12,9	30,3	10,9	37,0	9,6	14,6	10,3	28,0	11,3	36,0
Produção Extrativa Mineral	0,06	0,2	0,1	0,4	0,1	0,4	0,009	0,05	0,07	0,3	0,1	0,4
Indústria de Transformação e Construção Civil	25,5	19,9	32,3	23,1	35,3	20,2	13,6	12,8	27,5	20,2	34,6	20,7
Comércio e Atividades Auxiliares	9,4	8,7	3,8	3,9	5,9	6,3	18,0	16,4	8,5	7,5	5,4	5,9
Transporte e Comunicação	5,4	4,9	4,2	3,3	5,1	3,9	3,3	3,2	5,2	4,4	4,9	3,8
Prestação de Serviços	11,5	10,3	24,9	21,7	18,9	12,5	4,9	5,0	13,5	11,8	20,2	13,9
Defesa Nacional e Segurança Pública	1,3	1,5	1,0	1,4	1,2	1,4	0,3	0,4	1,2	1,4	1,2	1,4
Outras mal definidas ou não declaradas	7,3	5,8	9,9	6,9	10,3	5,6	4,1	3,9	8,1	5,8	10,2	5,8
Procurando trabalho	1,6	2,0	1,8	2,4	1,9	2,6	1,2	1,4	1,7	2,2	1,9	2,5
TOTAL (%)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
(em mil)	7.609	24.036	547	2.876	2.000	15.861	218	294	10.411	43.235	2.548	18.738

Fonte: IBGE. Censo 1980.

(*) preto + pardo

Considerando portanto que a maioria da população negra brasileira se encontra alojada nas ocupações manuais, fundamentalmente na agropecuária e na prestação de serviços, as possibilidades de mudança estrutural na sua situação ocupacional são desalentadoras tendo em vista as desvantagens iniciais do grupo negro em termos de nível de instrução, aliados aos mecanismos socialmente instituídos de discriminação racial atuando constantemente no mercado de trabalho.

Note-se que os grupos branco e amarelo são observados nestas ocupações com participação percentual acima da importância populacional relativa destas ocupações na estrutura ocupacional, o que indica para quais, dentro os grupos étnicos, está destinado o monopólio das atividades de melhor "status" social e a quem se destina os patamares inferiores na hierarquia ocupacional, pois "dos empregos ligados as ocupações técnicas emanam mais prestígio, mais renda, e maior probabilidade de mobilidade... os empregos ligados as ocupações não-manuais de rotina também geram inúmeras oportunidades de mobilidade, embora seja certo esperar que seus incumbentes percorram menores distâncias na estrutura social. É o do terceiro grupo? De um lado, tais empregos são potencialmente mais limitados em termos de mobilidade estrutural. De outro, é preciso considerar que a mobilidade aqui vai depender muito do ponto de partida dos indivíduos. Migrantes da zona rural podem encontrar no baixo-terciário urbano uma oportunidade para ascensão social. Portanto, o baixo-terciário seria perverso para a mobilidade, para os indivíduos que estão na zona urbana, e facilitador de mobilidade para os que vem da zona rural..."(4).

Participam nestas ocupações 28% dos brancos em São Paulo e 24,7% no Brasil; os amarelos perfazem em São Paulo e no conjunto do país respectivamente 45 e 42%, enquanto os pretos aparecem apenas com 9% em São Paulo, decrescendo no Brasil para 6,5%, aparecendo os pardos com 10% nos dois casos.

A comparação entre os dados referentes às mulheres negras, brancas e amarelas, revelam o acesso diferenciado no mercado de trabalho segundo a cor, e o confinamento a que a mulher negra está destinada nos setores do baixo-terciário, a despeito de significativas mudanças ocorridas na estrutura ocupacional da PEA Feminina nos últimos vinte anos, tal como apontado por Carlos Hasenbalg e Valte Silva:

A Tabela 5, a seguir, mostra a distribuição percentual das mulheres economicamente ativas na estrutura ocupacional por cor, para São Paulo e Brasil.

2.2.1. Desigualdades entre Mulheres Na Estrutura Ocupacional

A partir disto pode-se inferir que as diferenças existentes entre negros e brancos em termos de instrução não são suficientes para explicar cabalmente suas diferenças em termos ocupacionais e de rendimentos (que veremos a seguir). Elas também não se explicam a partir da taxa de atividade destes grupos, já que a participação relativa de negros na População Economicamente Ativa é superior à sua participação relativa no conjunto da população.

Vale lembrar que em estudo elaborado com base em dados da PNAD de 1973, José Pastore demonstra que era "... alto o número de indivíduos bem colocados na estrutura social cujo nível de escolarização formal é relativamente rudimentar. Por exemplo, cerca de 20% dos indivíduos que compunham o estrato alto em 1973 tinham apenas o curso primário, ou menos. Entre os membros do estrato médio superior, essa proporção chegava a cerca de 36%. Em outros termos, a associação entre desigualdade social e desigualdade educacional é alta, mas não é perfeita" (5).

Em 1960, 30,1% da PEA Feminina exercia atividades ligadas à agropecuária, extração vegetal, pesca e 36,3% à prestação de serviços. Em 1980 tais porcentagens caem para 14,8% e

forma desigual entre os diferentes grupos étnicos. No entanto, pela Tabela 5, é possível inferir que a redistribuição das mulheres na estrutura ocupacional se deu de

forma desigual entre os diferentes grupos étnicos. A extensa citação nos permite ter o quadro evolutivo da situação da mulher brasileira em geral na estrutura ocupacional do país nos últimos vinte anos.

Entre as mulheres ocupadas na prestação de serviço" (6). ocupadas na indústria e a proporção de empregadas domésticas res ocupadas na indústria têxtil e do vestuário entre aquelas (das) aumenta... Da mesma forma, diminui a proporção de mulheres dentistas, economistas, professoras universitárias e advogas de prestígio mais elevado (engenheiras, arquitetas, médicas, meiras. Em contrapartida, o número de mulheres em profissões das a saber, professoras de primeiro e segundo grau e enfermeiras em duas ocupações sexualmente tipicamente científicas diminui em 10%, dentro do período considerado, e cráticas e de escritório. Dentro das ocupações técnicas e cipalmente em posições subordinadas, isto é, nas funções burgo aumento, tanto em termos relativos como absolutos, ocorre primeiro, tanto em 1960 para 15,4% em 1980. Cabe destacar que este lar aqui algumas tendências nesse sentido. A participação relativa da PEA feminina nas ocupações administrativas aumenta de mulheres em grupos específicos de ocupação. Basta assinar a estrutura ocupacional e a uma diminuição da concentração levou a uma melhor distribuição da força de trabalho feminina, através da geração de novas posições ocupacionais, apesar de ainda existir um grau elevado de segregação ocupacional vertical e horizontal, a crescente divisão técnica do trabalho, através da geração de novas posições ocupacionais, apesar de ainda existir um grau elevado de segregação ocupacional, quanto à inserção da mulher na estrutura ocupacional,

TABELA 1
Distribuição Percentual da População Feminina Economicamente Ativa na Estrutura Ocupacional Segundo a Cor

Ocupações	Brancas		Pretas		Pardas		Amarelas		Total	
	S. Paulo	Brasil	S. Paulo	Brasil	S. Paulo	Brasil	S. Paulo	Brasil	S. Paulo	Brasil
Administrativas	23,5	19,6	6,0	3,9	9,1	8,2	36,0	34,0	19,9	14,6
Técnicas/Científicas/Artísticas	13,4	16,8	4,6	4,9	4,1	9,3	17,2	17,6	11,1	13,4
Agropecuária/Extrativa Vegetal e Animal	5,2	9,6	8,2	15,3	6,9	19,6	5,2	6,9	5,7	13,3
Produção Extrativa Mineral	0,004	0,007	-	0,03	0,004	0,04	-	-	0,0004	0,002
Indústria de Transformação e Construção Civil	16,4	13,2	14,8	9,5	20,4	12,7	11,0	10,4	16,9	12,7
Comércio e Atividades Auxiliares	8,8	8,8	2,9	3,5	5,7	6,8	15,7	15,2	8,0	7,8
Transportes e Comunicações	1,1	1,0	0,5	0,4	0,7	0,6	0,5	0,5	1,0	0,8
Prestação de Serviços	24,4	24,2	56,3	56,4	45,0	35,7	8,8	9,8	30,1	30,4
Defesa Nacional e Segurança Pública	0,09	0,06	0,06	0,03	0,05	0,04	0,08	0,08	0,08	0,05
Mal definidas ou não declaradas	5,0	4,1	4,7	3,3	5,9	3,7	3,9	3,7	5,2	3,9
Procurando emprego	2,1	2,6	1,8	2,5	2,2	3,4	1,4	1,8	2,0	2,8
TOTAL (%)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
(em mil)	2.280	6.824	199	897	608	3.988	68	86	3.166	11.842

Fonte: IBGE. Censo 1980.



33,8% respectivamente.

Na mesma tabela podemos verificar que em 1980 a participação das mulheres nestas duas ocupações é significativamente desigual se compararmos mulheres brancas x pretas e pardas. 9,6% das mulheres brancas permanecem na agropecuária comparado com 15,3% das pretas e 19,6% das pardas. Na prestação de serviços encontram-se 24,2% das brancas, comparado com 56,4% (sic) das pretas e 35,7% das pardas.

Podemos deduzir a partir destes dados que a mobilidade das mulheres pretas e pardas se deu basicamente do setor primário para o baixo-terciário, como reflexo do processo de urbanização. A mobilidade vertical experimentada pela mulher brasileira em geral terá sido um processo vivido fundamentalmente pelas mulheres brancas.

Temos ainda que em São Paulo, 84% das mulheres pretas e 78,2% das pardas se distribuem entre as atividades da prestação de serviços, da agropecuária, da indústria de transformação e construção civil ou em ocupações mal definidas ou não declaradas. Para o país como um todo, essas mesmas porcentagens são da mesma ordem para as pretas e caem para 72% para as pardas.

A presença das mulheres brancas no Brasil no total destes grupos ocupacionais é de 51% e das amarelas fica em torno de 30%.

Considere-se ainda que as mulheres destes dois últimos grupos étnicos aparecem expressivamente representadas nos setores nobres da estrutura ocupacional (ocupações administrativas e técnicas/científicas e artísticas), concentrando 36,9% de mulheres brancas em São Paulo e 36,4% no Brasil.

Dentre as mulheres amarelas a porcentagem é de 53,2% em São Paulo e 51,6% no Brasil.

condição sexual, isto é, a partir da análise de alguns indicadores sociais, evidencia-se que nascer homem negro, em termos de oportunidades sociais, é menos desastroso do que nascer mulher negra.

O caráter da desigualdade baseada na diferenciação de sexo se acentua quando se considera que as diferenças existentes entre homens e mulheres negras, a nível de instrução (vide Tabela 2), são irrelevantes para justificar as diferenças presentes entre ambos quanto a auferição de renda.

Oliveira, Porcuro e Araújo Costa, no estudo "Repensando o lugar da mulher negra", apresentam o quadro, a seguir, de diferenciais de rendimentos encontrados entre homens e mulheres negras nos diversos grupos ocupacionais.

Em todos eles, a mulher negra encontra-se em situação de inferioridade, percebendo em termos de rendimento médio mensal, entre 29,5% a 72,0% do que ganha o homem negro.

Em São Paulo, como mostra a Tabela 10, tais disparidades entre homens e mulheres negras são mais evidentes em duas faixas de rendimento: mais de 1/2 a 1 salário mínimo e mais de 2 a 5. Na primeira, as mulheres negras aparecem em mais que o dobro dos homens negros. Na segunda, a situação se inverte (já que a maioria das negras ficam nas faixas anteriores), correspondendo a um terço dos homens negros.

Considerando que 5 salários mínimos representa, seja em São Paulo ou no Brasil, o limite que a maioria da população negra chega a ganhar, os efeitos do sexismo se evidenciam visto que ganham de 2 a 5 salários mínimos 33,4% dos homens pretos e 37,2% dos pardos, contra 11% das mulheres pretas e 12,0% das pardas. Na faixa superior (de 5 a 10 salários mínimos), as mulheres negras começam a desaparecer, enquanto os homens pretos e pardos comparecem respectivamente com 4,1 e 5,6%.

Categorias Socio-Occupacionais

Diferenciais de Rendimento

Mulheres Negras/Homens Negros

57,5	TOTAL
65,8	1. Ocupações de nível superior, empresários e administradores
61,4	2. Ocupações de nível médio e pessoal de escritório
68,4	3. Empregados em ocupações em agropecuária vegetal
29,5	4. Trabalhadores Autônomos e Não Remunerados em ocupações da Agropecuária e Extrativa Vegetal
46,0	Trabalhadores Autônomos em Ocupações da Agropecuária e Extrativa Vegetal
56,4	5. Empregados em Ocupações da Indústria de Transformação e Extrativa Mineral
65,8	6. Empregados em Ocupações da Construção Civil
72,0	7. Empregados em Ocupações de Comércio
63,5	8. Empregados em Ocupações dos Transportes
52,7	9. Empregados em Ocupações da Prestação de Serviços
34,2	10. Trabalhadores Autônomos e Não Remunerados em Ocupações da Indústria e do Comércio das Prestações de Serviços e dos Transportes
35,6	Trabalhadores Autônomos em Ocupações da Indústria, Comércio, Prestação de Serviços e Transportes
56,8	Trabalhadores Autônomos em Ocupações da Prestação de Serviços
53,8	11. Outros

Fonte: Resultados Preliminares do Censo Demográfico de 1980. DEISO/IBGE.



TABELA 10
Distribuição dos Grupos Raciais Segundo o Sexo nas Faixas de Rendimento

(em %)

Salário Mínimo	Brancos		Pretos		Pardos		Amarelos									
	Homens		Homens		Homens		Homens									
	S. Paulo	Brasil	S. Paulo	Brasil	S. Paulo	Brasil	S. Paulo	Brasil								
até 1/4	0,6	1,5	2,2	5,6	0,9	3,1	3,2	13,7	0,7	3,4	3,1	14,8	0,2	0,6	0,3	1,5
de 1/4 a 1/2	1,7	4,2	6,1	9,0	2,6	8,7	10,0	19,1	2,1	9,4	8,8	17,4	0,5	1,7	1,3	2,6
de 1/2 a 1	8,2	15,0	18,0	20,1	13,5	28,2	30,0	29,9	11,0	26,9	27,0	26,0	3,1	5,7	6,6	8,5
de 1 a 2	27,5	28,0	35,2	29,4	41,7	33,3	41,8	23,9	38,8	28,7	44,1	21,3	11,8	13,5	21,4	21,7
de 2 a 5	36,5	28,0	25,2	19,4	33,4	17,5	11,0	5,5	37,2	17,3	12,0	7,3	33,1	30,8	38,8	35,4
de 5 a 10	13,2	9,5	6,7	5,4	4,1	2,2	0,8	0,5	5,6	3,2	1,1	1,2	23,3	20,6	15,5	14,0
de 10 a 20	6,0	4,7	1,7	1,5	0,6	0,4	0,09	0,08	0,9	0,9	1,1	0,2	15,7	14,0	4,1	3,7
mais de 20	2,7	2,1	0,3	0,3	0,1	0,08	0,003	0,007	0,2	0,3	0,03	0,04	7,1	6,8	0,9	0,8
Outros	3,8	6,9	4,4	9,2	3,0	6,4	3,0	7,2	3,4	9,4	3,9	11,6	5,2	6,1	10,9	11,7
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE. Censo de 1980.

Portanto, a lógica racista e machista presente no mercado de trabalho determina que, assim como o racismo estabelece vantagens sociais para o grupo branco em geral, a ideologia machista de maneira similar garante vantagens aos homens em geral, beneficiando indiretamente segmentos masculinos dos grupos estigmatizados racialmente.

No entanto, é ainda em São Paulo onde as diferenças entre homens e mulheres negras é mais acentuada em termos de auferição de renda, fazendo supor que as melhores chances de trabalho encontradas em São Paulo vêm acompanhadas da exacerbação dos efeitos tanto do racismo quanto do sexismo, considerando que tanto a competição entre homens e mulheres se acirra no mercado de trabalho quanto a competição entre os grupos raciais, já que no resto do país o confinamento dos dois grupos aos seus lugares "naturais" é maior.

Em síntese, mulheres e homens negros em São Paulo apresentam melhor distribuição em relação ao Brasil nas faixas de rendimento, expressando as "vantagens" relativas oferecidas por São Paulo, dada sua importância econômica, grau de urbanização e desenvolvimento em relação ao restante do país.

Em relação ao Brasil, estas diferenças assumem proporções brutais, havendo 10% a mais de mulheres que homens negros ganhando até 1/4 de salário mínimo, mantendo tal porcentagem na faixa posterior (de 1/4 a 1/2). Na faixa de 2 a 5 salários mínimos, a diferença, embora alta, diminui significativamente em relação a São Paulo, já que para o restante do País há um empobrecimento maior ainda do homem negro. Note-se que ele aparece no Brasil em 2,2% de pretos e 3,2% de pardos na faixa de 5 a 10 salários mínimos, enquanto que em São Paulo, estas porcentagens sobem para 4,1% e 5,6% respectivamente.

"... o branco possibilita a um negro paulatinamente galgar espaços e quando ele galgou esse espaço, ele faz aquilo que é uma coisa terrível: ele corta a melhor cabeça que a comunidade negra produziu e o coopta para dentro de si, seja ele engenheiro, professor, o que for, ele passa a colaborar... ele teve espaço cultural, ele tem acesso à la-zer e ao bem estar. At ele olha para si e fala 'eu estou sozinho aqui, não existem mais mulheres negras para mim...' Na verdade, é uma ideologia ao mesmo tempo racista, ao mesmo tempo fundada na suposta desigualdade entre os indivíduos de que eu não posso ir a São Mateus para conversar com uma negra porque ela não vai entender nada dos filósofos que eu li. Ou seja, esse processo é aquilo que a gente chama de acefaliação da comunidade negra, ou seja, o corte das melhores cabeças que existem no Movimento Negro para que elas fiquem dentro do universo branco e perdidas em relação

Essas desigualdades no interior do mesmo grupo racial resultam em contradições políticas e ideológicas das quais as palavras de um militante negro são ilustrativas:

negra:

tuais menores em relação à mulher branca que em relação a cas, ou seja, o homem negro apresenta diferenças percentuais próximos dos percentuais encontrados para as mulheres brancas de rendimentos consideradas anteriormente, o homem negro aparece mais Note-se que tais dispositivos determinam que nas faixas

Entre os negros, este mecanismo determina que as diferenças entre homens e mulheres quanto a obtenção de renda sejam mais significativas - que entre os demais grupos raciais, fazendo supor que um dos efeitos da conjugação de racismo e sexismo está no alargamento da distância entre homens e mulheres deste grupo racial, expondo as mulheres negras a níveis maiores de dependência, malgrado a importância de sua participação nas estratégias de sobrevivência do grupo negro.

- (8) Vanderlei José Maria. Depoimento prestado no "Encontro Estadual de Mulheres Negras". São Paulo, agosto de 1984.
- (9) Oliveira, Porcuro e Araújo Costa. O lugar do negro na força de trabalho, p. 100.

A demonstração das desigualdades de oportunidades existentes entre homens e mulheres negras não deve conduzir

4,8% respectivamente, casam com mulheres negras" (9).
que dos chefes brancos em igual situação, apenas 8,7% e 43,2% dos que têm onze anos e mais. É interessante mostrar chefes negros que têm entre oito e dez anos de estudo e destes que se casam com mulheres brancas - cerca de 36,9% dos pardos) e o nível educacional, há uma proporção expressiva aumenta o nível de rendimento dos chefes negros (pretos e forma menos nítida, isto é, verificamos que na medida em que a de homogenia racial também se aplica aos negros mas dada pelas taxas de casamentos interétnicos encontrados por Oliveira, Porcuro e Araújo Costa ao indicarem que "a tendência A expressividade de tal comportamento pode ser mensu-

de alienação e colonização nos valores estéticos brancos.
gro por mulheres brancas como consequência deste processo resultando na preferência manifesta deste tipo de homem negro. Estas questões tem sensibilizado de maneira especial as mulheres negras no tocante ao fato desta alienação vir

Portanto e paradoxalmente, as vantagens percebidas são em alguns dentre os considerados "melhores sucedidos" da população negra, o viés da cooptação e da alienação em relação à comunidade negra.

ao Movimento Negro. Isso é uma violência terrível" (8).

Acrescente-se ainda que este conjunto de desvantagens sofridas pelas mulheres negras tem retardado o surgimento de quadros femininos negros atuantes politicamente na escala e proporção que a luta do negro exige, o que resulta em fator de enfraquecimento do Movimento Negro como um todo. Este será tão mais expressivo e contundente quando puder contar politicamente com toda a coragem e combatividade que a

da identidade racial. res negras, gerando entre outras condições, a fragmentação corre das desigualdades existentes entre homens e mulheres. De tinguente da população negra que são as mulheres negras. De componente intrínseco da subalteridade de expressivo como objetivamente, tanto quanto o racismo, o sexismo atua como ra a luta empreendida pelo negro em geral, na medida em que tacar os efeitos perversos que a ideologia machista tem para. Portanto, o que se coloca aqui é a necessidade de des-

nhellos" (10). num tipo de feminismo que a afastaria de seus irmãos e compã que o combate ao racismo é prioritário, ela não se dispersa do de fundamental importância, uma vez que, compreendendo tos negros, enfatiza que "a presença da mulher negra tem si a importância da participação da mulher negra nos movimen- A propósito, vale recordar Lélia Gonzalez quando, avaliando gras passe pela oposição ou distanciamento do homem negro - ma perspectiva feminista para o movimento de mulheres ne De igual maneira, não cabe ainda a suposição de que ñ

relas. tuação de marginalização superior as mulheres brancas e amã geral e o designado preto em particular, encontram-se em si dos são suficientes para demonstrar que os homens negros em minação racial sobre o homem negro. Os dados já apresenta a que se pense que estejamos relativizando o peso da discrí

Tal como se pode apontar, a fragilidade da identidade racial para subtrair a ideologia machista no interior da população masculina negra, igualmente a identidade feminina

3.2. A Mulher Negra e o Movimento Feminista

Percebendo mais de 20 salários mínimos acham-se 0,08% dos homens pretos, 0,3% dos pardos, 0,3% de mulheres brancas, 2,1% de brancos e 6,8% de amarelos.

No Brasil, nas faixas superiores de rendimento, percebem mais de 10 a 20 salários mínimos dentre os homens economicamente ativos, 14% dos amarelos, 4,7% dos brancos, 0,9% dos pardos e 0,4% dos pretos e ainda 1,5% das mulheres brancas.

Os dados apresentados revelam a impotência do homem negro diante dos mecanismos de discriminação racial para superar, por exemplo, a barreira dos 5 salários mínimos.

Assim como o poeta negro Arnaldo Xavier "o machismo é, por excelência, o espaço de solidariedade existente entre homens negros e brancos" e o resultado principal de tal "solidariedade" é a ampliação dos níveis de exploração sobre a mulher negra, pois o homem negro só se beneficia concretamente dela diante da mulher negra, já que quando esta em questão a disputa pelas melhores oportunidades do mercado de trabalho, os mais altos dividendo gerados socialmente, a coisa se torna "briga de brancos e/ou asiáticos", onde negro não entra, seja homem ou mulher.

Deste ponto de vista, o combate à ideologia machista diz respeito a homens e mulheres negras em geral, pois a pressão que tal ideologia promove sobre as mulheres em geral, entre nós negros tem significado especial.

mulher negra vem demonstrando historicamente no cotidiano da gente negra.

Portanto, as tendências observadas pelos autores, juntamente com os dados apresentados, permitem inferir (visto que está claro a quem diz respeito de maneira majoritária o conceito de classes populares), que o quadro verificado em relação as mulheres negras será dificilmente revertido a médio e longo prazos sem a intervenção de medidas concretas

"Em definitivo, as mulheres não só tendem a conseguir uma melhor distribuição na estrutura ocupacional, como também abandonam os setores de atividades que absorvem a força de trabalho menos qualificada e pior remunerada, para ingressar em proporções crescentes na indústria e nos serviços modernos. As tendências observadas permitem sugerir, de maneira provisória, a possibilidade de uma diferenciação dos mercados de trabalho para as mulheres: enquanto as mulheres oriundas das classes populares, com baixos níveis de escolaridade, tendem a concentrar-se na prestação de serviços e nos empregos ligados à produção na indústria, as mulheres de classe média, dotadas de níveis mais elevados de educação formal, dirigem-se para os serviços de produção e consumo coletivo" (11).

no período, em especial na década de 70. trabalho e o consequente expressivo aumento da PEA Feminina das últimas décadas pelo incremento da divisão técnica do trabalho, que elas tenham sido as principais beneficiárias da diversificação de posições ocupacionais ocorridas no país nas duas últimas décadas pelo incremento da divisão técnica do trabalho das amarelas) quanto ao acesso à educação, à estrutura ocupacional e a obtenção de renda. Supõe-se a partir daí, que elas tenham sido as principais beneficiárias da diversificação de posições ocupacionais ocorridas no país nas duas últimas décadas pelo incremento da divisão técnica do trabalho e o consequente expressivo aumento da PEA Feminina das últimas décadas pelo incremento da divisão técnica do trabalho e o consequente expressivo aumento da PEA Feminina

que permitam romper com as desvantagens cumulativas decorrentes da discriminação racial que expõe o negro em geral, e a mulher negra em particular, na sociedade brasileira a um círculo vicioso de desvantagens em qualquer aspecto da vida social.

As desigualdades apontadas entre negras e brancas antecipam por si só as tensões que política e ideologicamente acarretam, colocando na maioria das vezes brancas e negras em contradição política, malgrado a condigão feminina.

Inegavelmente, o Movimento Feminista Nacional vem lutando historicamente contra as diferentes formas de discriminação sexual que atingem as mulheres em geral. E é precisamente neste geral que residem as dificuldades na medida em que "o pressuposto que afirma a identidade feminina como um campo de significações particulares incorre no risco de não considerar a complexidade das relações sociais. Tal complexidade, implica na inexistência de totalidades femininas e masculinas isentos de diferenciação. O que vale dizer que o feminismo ao reivindicar o direito à diversidade, se refere à valorização de determinados traços de comportamento dito feminino (emotividade, fragilidade) destinando ao silêncio o conjunto de atitudes femininas que é contrário, ambíguo, repleto de nuances" (12).

A prevalência destes traços no interior do discurso feminista se por um lado questiona certos níveis de realidade de feminina, aprisiona outros dentro deste quadro de referências, generalizando uma "identidade feminina" a femininas historicamente construídos de maneira diferenciada, isto é, apresenta as mulheres uma problemática uniformizada que aparentemente explicita, resgata padronizando experiências diversas.

(12) Heloisa Pontes. Notas sobre o problema da violência, do ponto de vista antropológico e feminista. In: Seminário Zahide Machado Neto Fundação Carlos Chagas e Neim - Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a mulher. Salvador, maio 1984, p. 116.

O escamoteamento de tal questão ou a sua relativização tem entre outras coisas, impossibilitado a exploração de conteúdos originais presentes em parcela expressiva das mulheres brasileiras, e estabelece para nós negras a necessidade de privilegiar a questão racial sobre a sexual, ainda porque a opressão sobre a mulher negra na sociedade brasileira não advém originariamente de diferenças biológicas, e sim raciais.

Portanto, dada a importância numérica da população feminina descendente de negros, bem como dos problemas decorrentes do racismo que atinge tal contingente feminino, a viável cor deveria se introduzir necessariamente como componente indispensável na configuração efetiva do Movimento Feminista Brasileiro.

Ora, ao falar de mulheres negras e de discriminação racial não se está falando de nenhuma minoria, ou sub-tema, falamos de quase 50% da população feminina nacional visto que 44% da população brasileira é composta por negros, seus descendentes das diversas matizes e índios e que todos sofrem processo semelhante de discriminação racial, tal como afirmam os dados já apresentados.

O primeiro efeito de tal discurso é de colonização, ou seja, as portadoras de problemáticas distintas tendem a ajustar suas complexidades ao campo explicativo fornecido por essa hipotética identidade feminina. As dificuldades de tal ajuste tem resultado ora em adequação à crítica, ora em oposição radical; ora em demarcação de especificidades no interior deste discurso que funcionam como elementos "aperfeiçoadores" do mesmo que, tal como as cartas de programistas dos partidos políticos, constituem-se em sub-temas das questões gerais do Movimento Feminista: a mulher negra, a mulher índia, a mulher lesbica, etc.

Tal como afirma Letia Gonzalez, "o sistema (colonial) não suavizou o trabalho da mulher negra. Encontramo-la nas duas categorias citadas: trabalhadora do dito e a mucama"(13). Sua condigao biologica propicio apenas um alargamento nos niveis de exploracao a que estava submetido o negro em geral, já que enquanto fema podia-se extrair-lhe ainda o leite para amamentar os futuros opressores e aliviar taras sexuais dos sinhos.

O discurso feminista sobre a opressão da mulher oriunda das relações de gênero que estabelece a ideologia patriarcal não dá conta da diferença qualitativa que este tipo de opressão teve e tem ainda na construção da identidade feminina da mulher negra. No interior do discurso feminista "a opressão ganha... um caráter 'universalista' pois supõe que por trás das diferenças sociais exista uma identidade que se afirma pela interdição. Observa-se ainda descrita a ideia de que essa opressão sustenta-se nos valores que são atribuídos a diferenças biológicas culminando na maneira pela qual se efetiva a divisão dos papéis sociais"(14):

As condições de anomia em que vivia a população negra durante a escravidão não permitiram ao homem negro exercer sobre a mulher negra a opressão "paternalisticamente protetora" a que estavam submetidas as mulheres brancas. Igualmente, as relações estabelecidas entre homem branco e mulheres negras evidentemente estavam longe de reproduzir as formas de opressão características das relações de gênero entre brancos.

A constituição da família negra nos moldes da família nuclear burguesa ou monogâmica é fenômeno historicamente recente e

(13) Letia Gonzalez, op.cit.
(14) Heloisa Pontes, op.cit., p. 115.

não totalmente consolidado, expressando antes um ideal de padrão familiar a ser atingido naquilo que ele representa ideologicamente como indicador de integração social do que uma estrutura concretamente possível dada as precárias condições de existência da população negra.

Portanto, as mulheres negras advêm de uma experiência histórica diferenciada, marcada pela perda do poder de domínio do homem negro por sua situação de escravo, pela sua posição ao homem branco opressor e pelo exercício de diferentes estratégias de resistência e sobrevivência. Enquanto a mulher tem como complementariedade a eleição do homem como provedor, temos o homem negro castrado de tal poder enquanto escravo e posteriormente enquanto aliado do processo de industrialização nascente. A recuperação da condição de provedor familiar é para o homem negro historicamente também fenômeno recente e os dados apresentados revelam ainda presentemente, a precariedade de tal condição.

O caráter anti-feminista atribuído às mulheres negras brasileiras resulta fundamentalmente da incapacidade do Movimento Feminista em contemplar este elenco de questões geradoras de diferenças de oportunidades efetivas que existem entre brancas e negras em todos os setores da vida social, pois as críticas e reivindicações decorrentes da atuação das mulheres brancas feministas, embora denunciando os estereótipos que estigmatizam as mulheres socialmente, se excluem da denúncia contundente sobre os aspectos em que tais estereótipos mantêm elementos de privilégio racial. Um exemplo concreto disto é a exigência de "boa aparência" tão frequente nos anúncios de emprego, eufemismo utilizado para esconder o imperialismo e etnocentrismo da estética branca, agindo como fator de alocação de recursos humanos na estrutura ocupacional.

Conclui-se que "a visão segundo a qual o racismo só gera ganhos materiais para a classe capitalista e perda para todos os trabalhadores subestima os benefícios econômicos

Assim, se a divisão sexual do trabalho configurou papéis à mulher que o Movimento Feminista busca questionar e redefinir, a divisão racial do trabalho instaura papéis e funções diferenciadas no interior do grupo feminino onde a valiação dos custos e benefícios afetados expressa os níveis diferenciados de exploração e opressão que cabe a mulheres dos diferentes grupos raciais.

Portanto, "é bom ressaltar que a luta da mulher branca pela sua equiparação ao homem diante os meios de desenvolvimento do pensamento e ação a diferença da mulher negra já que a mulher branca está assegurada historicamente uma certa mobilidade vertical na sociedade, o que se contrapõe não só a mulher negra mas também ao homem negro... no sentido explícito que: a liberdade pleiteada pela mulher branca implica visceralmente na exclusão da mulher negra já que esta não está identificada com a outra pelo sistema valorativo racio-etnocêntrico que delega a mulher negra as tarefas mais ínfimas da sociedade brasileira" (15).

Tal questão, quando endereçada às mulheres, indica a reserva de parcela do mercado de trabalho para as mulheres brancas ou seja, mesmo para as funções socialmente consideradas subalternas como as destinadas as mulheres dentro das ocupações de melhor status ou não, o grupo branco garante para os seus quadros mesmo os considerados inferiores como as mulheres brancas, o monopólio das melhores funções existentes no reduzido mercado de trabalho reservado às mulheres, tal como já visto na Parte 2.

cos e não econômicos acumulados ao longo do tempo por parcela significativa da população branca pelo simples confinamento do negro às posições inferiores da hierarquia social. De fato, o resultado das práticas racistas de seleção social é o acesso preferencial dos brancos às posições de classe que comportam maior remuneração, prestígio e autoridade" (16).

Estas condições processam desdobramentos ideológicos e da mesma forma, a crítica feminista não atuou sobre o aparato ideológico machista e racista naquilo em que ele ao instituir a mulher branca como padrão estético e ideal feminino, se constitui em forma de opressão para as mulheres não brancas em geral, atuando de forma imperialista sobre as demais mulheres na medida em que ele reflete também quem é delegado o estatuto de padrão ou ideal feminino neste tipo de sociedade.

Como aponta um militante negro "... toda construção ideológica, toda a representação europeia do romance, do romantismo, da paixão e do amor, foi sempre pensando a mulher branca como musa. A mulher negra nunca foi dada a condição de musa... em relação à mulher negra, qual o olhar que temos para ela? O olhar que nós temos para a mulher negra é o olhar daquela que é fruto erótico, uma coisa para ser comida. E a representação que o Afonso R. Sant'Ana faz 'a mulher negra não é musa, ela é um fruto, uma coisa a ser comida'" (17).

O aprofundamento da reflexão acerca de tais estereótipos indica que eles atuam também como fatores de preservação de um mercado afetivo às mulheres brancas, no qual ho-

(16) Letia Gonzalez e Carlos Hasembalg. Lugar de Negro, p. 80.

(17) Vanderlei José Maria. Comunicação apresentada no I Encontro Estadual de Mulheres Negras, São Paulo, agosto 1984.

mens negros e não-brancos em geral se inserem como mercado alternativo pela desqualificação estética de negra e não-brancas em geral, associado ao grau de comprometimento de parcela de homens negros nos valores estéticos ocidentais.

Em pesquisa realizada por Irene Maria Barbosa, a autora constata que "quando o casamento é misto, a tendência maior é do cônjuge branco ser de classe inferior a do negro, observando-se tal tendência também nas relações de namoro" (18)

Portanto, a branquura é por si só capaz de nivelar diferenças sociais e de classe. Este aspecto de desercão do homem negro em relação a mulher negra, indica que a mulher branca, além de se beneficiar da hegemonia econômica do homem branco, seu parceiro natural, pode em caso de fracasso no seu mercado afetivo principal, lançar mão dos quadros masculinos negros melhor sucedidos economicamente (evidentemente não ideologicamente), pois tal como ilustra Vanderlei José Maria "... quando um homem negro se define por uma branca, o que está definido já na cabeça dele são todas as estruturas que ditam essa opção para ele... é que a representação ideológica, branca, chegou a tal nível no interior desse negro, que é impossível recuar, até mesmo na sua intimidade, da representação branca... e essa representação me parece extrema - mente violentadora e racista... porque nessa relação em que esta escamoteada a relação de dominação branca, da mulher branca, porque ela tem o privilégio da raça, porque ela detém o mérito estético para manter o mérito físico... Quero deixar claro que a pior coisa que existe numa relação amorosa, numa relação de brancos e negros é não perceber que existe uma tensão ideológica, que o branco mantém privi- gios, independentemente de qualquer coisa, por ser branco e o negro possui desvantagens por ser negro... (19).

- (18) Irene Maria Barbosa. Socialização e relações raciais: um estudo da família negra em Campinas, p. 119.
- (19) Vanderlei José Maria, idem.

- (20) Adélia Santos, militante negra feminista do IPCN, Rio de Janeiro, em depoimento ao I Encontro Estadual de Mulheres Negras, São Paulo, 10, agosto 1984.
- (21) Benedita Silva, depoimento dado ao I Encontro Estadual de Mulheres Negras, São Paulo, agosto 1984.

Em outro nível, o depoimento corajoso da Vereadora negra Benedita Silva dá conta das sequelas deste processo de opressão: "Eu quero contar uma coisa para vocês muito dura. Eu já tomei muito banho e botava água sanitária no banho e eu era apenas uma menina... botava água sanitária porque eu tinha que clarear a minha pele e a água sanitária clareava a roupa... Quando tinha casamento, eu enrolava aquelas pedas de véus que ficavam, eu botava bem comprido porque eu queria mesmo era o meu cabelo liso, comprido... até eu entender a minha negritude, o meu cabelinho duro, era alisante mesmo..." (21).

O caráter devastador que este conjunto de práticas discriminatórias que vão desde as restrições sofridas no mercado de trabalho aos estereótipos negativos que estigmatizam de maneira especial as mulheres negras, pode ser medido pelas palavras da militante negra Adélia Santos a propósito do baixo grau de expectativa encontrado entre mulheres negras cariocas a propósito de sua inserção no mercado de trabalho: "A gente começou a ver que principalmente as mentes, o que elas pediam como uma iniciação profissional eram as profissões mais baixas, queriam preparação para serem domésticas, culinária, manicure e a gente tentou ver porque isso, e aí começamos um trabalho de arte cênica com elas e se chegou a conclusão que a auto estima dessas meninas é baixíssima porque elas não esperam nada... Por exemplo, se a mãe é doméstica, elas acham que devem ser e muitas delas já estão inseridas na proposituição (14 ou 15 anos), trocadoras de ônibus, etc." (20).

Como consequência deste elenco de contradições, mulheres negras e brancas se defrontam no espaço do Movimento Feminista de forma conflitante e desconfiada, resultado de referências históricas, políticas e ideológicas diferenciadas que determinam óticas diferentes quanto a problemas comuns. Tome-se como exemplo concreto destas divergências, as questões referentes ao planejamento familiar e controle de natalidade.

São diversas as experiências etnocidas empreendidas historicamente contra a população negra que vão desde as formas arcaicas de miscigenação racial pela utilização da mulher negra como objeto sexual, as ações criminosas decorrentes da quotidiana violência policial sofrida pela população negra, as políticas de controle do crescimento da população negra das quais, o projeto elaborado por Benedito Pivô do GAP, durante o governo Paulo Maluf em São Paulo, com vistas à esterilização de mulheres negras sob alegação de que se não contido tal crescimento populacional negro, no ano 2.000 constituiríamos a maioria da população brasileira e poderíamos ascender ao poder e ainda, as sucessivas e escandalosas denúncias de esterilização maciça de mulheres de classe subalterna através de clínicas clandestinas ou pela distribuição arbitrária de contraceptivos.

Todas estas estratégias vem desenvolvendo uma atitude fóbica/especialmente nas mulheres negras militantes em relação a políticas controlistas, na medida em que o alvo principal a que elas tendem a se endereçar é sobre nos negras. Para nos mulheres negras, a conjugação das discriminações de raça, sexo e classe ímplica em triplice militância, visto que nenhuma solução efetiva para os problemas que nos atigem pode advir da alienação de qualquer destes três fatores.

É a emergência deste tipo de consciência entre as mulheres que permite a Benedita Silva afirmar que a reivindicação de bica d'água é para a mulher negra favelada uma questão feminista visto que o exercício satisfatório da sexualidade está condicionado, entre outras coisas, à existência de água na favela, por exemplo para a assepsia do ato sexual.

Igualmente, a aliança entre negras e brancas e o prioritário avanço do Movimento Feminista Nacional depende fundamentalmente da absorção de questões aqui levantadas, bem como da busca de soluções conjuntas de forma a "... sugerir um caminho distinto do que o que vem sendo trilhado por muitos daqueles e daquelas que pensam poder realizar tal ruptura com a construção de uma história que não seja machista, mas que permaneça branca*(22).

(22) Elizabeth K.C. de Magalhães e Sonia M. Giacomini. A Escrava ama de leite - anjo ou demônio. In: Mulher Mulheres. Cortez Editora / Fundação Carlos Chagas, p. 74.

4. CONCLUSÃO

Este trabalho não consiste apenas numa reavaliação da situação da mulher negra nos anos 80 sob o prisma de participação na estrutura ocupacional, quanto a nível de instrução e rendimento. Busca contemplar também as condições em que vive especificamente a população negra em São Paulo e no Brasil, consubstanciando a existência de uma divisão racial e sexual do trabalho que accentuam desníveis sociais no âmbito da estrutura sócio-econômica e cultural do país, reiterando diversos estudos já realizados sobre o negro brasileiro. Constatou-se que:

10 - A mulher negra não participa no processo produtivo em igualdade de condições com homens brancos, negros, amarelos e mulheres brancas e amarelas, situando-se assim na base da hierarquia social, penalizada em relação a oportunidades e mobilidade na estrutura ocupacional;

20 - As diferenças abruptas que geram essas distorções permearão a luta da mulher negra, imprimindo-lhe um caráter específico, determinado e elaborado por forças políticas e econômicas bem vivas e atuantes decorrentes de uma prática social etnocida, que se estende ao homem negro com intensidade semelhante;

30 - Que o quadro abaixo representa o quociente de distribuição de oportunidades sociais/raciais no Brasil onde, em termos de renda e educação, as mulheres brancas estavam melhor do que os homens negros em 1980, evidenciando o peso do privilégio da raça sobre a condição sexual.

	Homens	Mulheres
Branco	1	2
Negro	3	4

Embora o presente estudo não possua uma abrangência que possibilite detectar a situação da mulher negra em outros aspectos inerentes à sua sobrevivência, há de se con-

50 - Ressalte-se que os modelos econômicos que nortearam as políticas governamentais nas últimas décadas ampliaram os desníveis regionais e, neste contexto, também tiveram suas conotações discriminatórias e genocidas, especialmente em relação aos negros. Do enriquecimento ilícito à institucionalização da corrupção; da excessiva especulação do capital financeiro ao privilégio (em rodízios) de determinados setores da economia, se estabeleceu uma sociedade de consumo de bens artificiais sob os impactos de uma modernização dos meios de produção e comunicação, contrastando com as infimas condições de subsistência, acentuando profundas desigualdades entre indivíduos e grupos.

40 - Que neste contexto, à margem do processo de educação e do processo produtivo torna-se impossível compreender um processo de luta em torno apenas da relação homem x mulher, uma vez que o peso de sua participação no mercado de trabalho é definida pelas desigualdades impostas pelo preconceito e discriminação étnossexual; com tradições estas muito mais arcaicas do que a luta de classes;

A distância entre homens e mulheres negras expressam, diferentemente, o resultado do machismo e do sexismo presentes nos mecanismos de seleção social para posições na hierarquia, onde sexo e raça atuam cumulativamente para configurar as desvantagens da mulher negra mesmo em relação ao homem negro e que as ideologias de ascensão social e de embranquecimento tendem a incrementar;

"Nós mulheres negras representamos a maior violência que uma sociedade machista e racista tende a perpetrar... por isso lutamos pelos direitos da mulher, que para nós significa antes de tudo o direito e o respeito à diferença... por isso lutamos também pela Constituintes, confiantes de que a igualdade entre os sexos e o reconhecimento da equidade racial realizam os anseios de todas nós por uma sociedade -

de Mulheres Negras de São Paulo":

Juntas" (23), tal como expresso em documento do "Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo", independente de como se constituiu numa prática social, independente de como se "erradique o mais grave arbítrio desta sociedade que é a discriminação racial que infelizmente contra nós negros, pré-requisito para o pleno exercício da democracia, que através da convocação de Nova Constituinte, introduz-se como em torno do reestabelecimento das liberdades democráticas à organização brasileira se organiza

Dos dados apresentados resulta que a reversão de tal quadro negativo dos negros em geral e das mulheres negras em particular, depende, entre outras coisas, de um esforço educacional centrado na população negra; da instauração de medidas legislativas e punitivas eficazes no combate à discriminação racial em todas as suas manifestações, e em especial, no mercado de trabalho; do combate sistemático aos estereótipos negativos veiculados sobre o negro nos meios de comunicação de massa, nos livros didáticos, etc.

cluir ou inferir sobre a precariedade quanto a saúde e habitação da população negra no Brasil, dispersa no trágico percurso da senzala à favela na periferia das grandes cidades.

de democrática, que só pode ser consolidada através do ple-

no exercício dos direitos civis.

Portanto, acreditamos que a conquista da equiparação

entre os sexos e entre as raças, aliados à criação de formas democráticas de convivência social e racial são as condições necessárias para se atingir a pacificação social, que para nós significa entre outras coisas, a supressão da violência policial contra a população negra, o fim do desemprego que nos atinge em trágica escala e a garantia de participação igualitária nos bens e valores produzidos socialmente" (24).

(24) idem ao anterior.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- PACHECO, Moema de Poli T. Aguentando a barra. Uma reflexão sobre a família negra de baixa renda. DEISO/DINSO, outubro 1983, mimeo.
- _____ . A família negra. Exame de algumas questões. mimeo.
- IBGE. Aspectos da situação sócio-econômica de brancos e negros no Brasil: Rio de Janeiro, mimeo.
- OLIVEIRA, PORCARO & ARAÚJO COSTA. Repensando o lugar da mulher negra. DEISO/IBGE, mimeo.
- _____ . O lugar do negro na força de trabalho. DEISO/IBGE, mimeo.
- OLIVEIRA, Lúcia Elena G. Algumas questões sobre o trabalho da mulher negra. Trabalho apresentado na SBPC, 1981, mimeo.
- HASEMBALG, C. & VALLE SILVA, Nelson do. Industrialização, emprego e estratificação social no Brasil. IUPERJ, Série Estudos nº 23, fevereiro-março de 1984.
- PASTORE, José. Desigualdade e mobilidade social no Brasil. EDUSP, São Paulo, 1979.
- BRUSCHINI, Cristina & MORAES, Maria. Seminário Zahide Machado Neto, Fundação Carlos Chagas e Neim - Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, maio/junho 1984.
- BARROSO, Carmem & COSTA, Albertina O. Mulher Mulheres. Cortez Editora/Fundação Carlos Chagas, 1983.
- HASEMBALG, C. A. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Graal, 1979.
- GONZALEZ, Lélia. O papel da mulher negra na sociedade brasileira, mimeo.